



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA
DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 3ª reunião, realizada em 30 de março de 2017**

1 Em 30 de março de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica
2 Especializada de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Juneval Geraldo dos Santos, da Secretaria de
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Pedro de Freitas
8 Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Diego
9 Pessoa Santos, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag);
10 Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura
11 em Minas Gerais (SFA-MG) – Ministério da Agricultura, Pecuária e
12 Abastecimento (Mapa); Enio Resende de Souza, da Empresa de Assistência
13 Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Polyana Faria
14 Pereira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
15 Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor Lopes Braga, da
16 Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos Oliveira, da
17 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg);
18 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na
19 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio Eustáquio Vieira, do
20 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral Melo, da Universidade
21 Federal de Lavras (Ufla); Gustavo de Faria Freitas, do Conselho Regional de
22 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
23 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
24 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
25 declarou aberta a 3ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Atividades
26 Agrossilvipastoris e comentou sobre as novas diretrizes para o licenciamento
27 ambiental no Estado, destacando a atuação específica da CAP. Em seguida, se
28 colocou à disposição para pautar discussões de políticas para o setor. Propôs
29 trazer para apresentação à Câmara, caso seja interesse dos demais
30 conselheiros, o decreto de municipalização do licenciamento ambiental e outras
31 proposições para o desenvolvimento do setor, ressaltando que a discussão de
32 políticas é “um importante papel da Câmara para a sustentabilidade do setor
33 agrossilvipastoril”. “É uma função que estão nos dando enquanto discussão de
34 políticas. Nós estamos vendo várias ações que estão sendo discutidas, como a
35 questão de uso de agrotóxicos. Nós temos a Lei de Uso e Conservação de Solo,
36 que nunca foi efetivamente aplicada no Estado. E poderíamos pensar

37 realmente na sustentabilidade do setor agrossilvipastoril como um todo. Nós
38 temos o setor de silvicultura, que está agonizando no Estado de Minas e que já
39 foi pujante. Ainda com alguns conceitos ruins que, tecnicamente, já foram
40 comprovados que não eram a realidade. Então podemos fazer toda essa
41 reflexão aqui, como a inserção do Estado no PRA, qual apoio nós poderíamos
42 dar aos pequenos produtores para o Programa de Regularização Ambiental e a
43 validação do CAR (Cadastro Ambiental Rural). São muitas questões que já
44 estão postas e que deveríamos realmente trazer à discussão para chegar a uma
45 solução, pensando em criar boas e efetivas políticas públicas para que
46 possamos atingir o setor como um todo. Temos de buscar ações dentro de uma
47 visão de sustentabilidade para discutir, criando propostas cada vez mais de
48 efetivação e desenvolvimento desse setor.” **3) COMUNICADOS DOS**
49 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** O conselheiro Enio Resende de
50 Souza destacou a importância de a Câmara retomar os processos de
51 licenciamento agrossilvipastoris, mas, principalmente, discutir políticas para o
52 setor. “Nós estamos vivendo um momento muito importante, migrando da
53 Autorização Ambiental de Funcionamento para o licenciamento ambiental
54 simplificado, na nova lei, de 2016. Mas Minas Gerais precisa fazer o dever de
55 casa, que é, de fato, discutir a DN 74, que é uma coisa muito antiga, e a 01/90
56 também, que é mais antiga e vem em processo de evolução. Por exemplo, a
57 silvicultura. Minas Gerais, pelo rigor do licenciamento, vem perdendo espaço
58 nesse setor. Muitas empresas estão indo para outros Estados onde a legislação
59 tem uma visão diferente do licenciamento ambiental simplificado. O que eu
60 chamo atenção dos colegas é que devemos buscar ser proativos nessa
61 questão. Eu acho que a CAP é a Câmara que, legitimamente, tem o papel de
62 discutir essas políticas e retomar essa questão, por exemplo, do licenciamento
63 ambiental simplificado, revendo a DN 74.” O conselheiro Carlos Alberto Santos
64 Oliveira comentou sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de
65 Regularização Ambiental (PRA). “Há cerca de 30 dias, o jornal ‘Estado de São
66 Paulo’ trouxe como editorial uma narrativa sobre a importância do CAR não
67 como instrumento simples de cadastro, mas de formulação de uma política
68 nacional de meio ambiente, de prevenção e combate a incêndio. Quer dizer um
69 tamanho muito maior do que Minas está dando. Nós temos conversado muito,
70 mas não saímos do lugar. A verdade é essa. Tem uma grande figura da
71 Embrapa fazendo palestras pelo Brasil afora discutindo e comentando a respeito
72 do PRA em um estágio muito mais avançado do que nós aqui em Minas. Nós
73 tivemos aqui três palestras – duas da Ufla e uma do próprio IEF – falando sobre
74 o CAR, e estamos ainda para decidir aquela questão da adesão ao PRA,
75 quando ocorre, como ocorre, e não ficou claro qual vai ser a posição de Minas
76 Gerais. Nós assistimos videoconferências da CNA e vemos que outros Estados
77 estão em estágio muito mais avançado. Isso é um objeto de preocupação, e,
78 institucionalmente, nós temos que falar desse assunto não só para alertar, mais
79 uma vez, o órgão ambiental e as pessoas que o representam, mas também para

80 que os conselheiros fiquem sabendo que história é essa de Cadastro Ambiental
81 Rural. Pouca gente sabe que o conjunto Cadastro Ambiental Rural e Programa
82 de Regularização Ambiental é aquilo que eu falei no começo da minha fala: não
83 só para ser cadastro, mas um documento de formulação de políticas. Eu
84 imaginava que o CAR e o PRA seriam instrumento absolutamente importante
85 para o licenciamento ambiental. Sempre se falou que Minas era o Estado mais
86 adiantado na questão ambiental e na questão da legislação, e eu fico
87 percebendo que, ao contrário, está na metade do caminho para trás. Então
88 ficam essas considerações para que, através da Câmara de Atividades
89 Agrossilvipastoris, possamos realmente caminhar e contribuir para uma política
90 ambiental do setor agropecuário moderna, avançada, inteligente e
91 desburocratizada.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “O nosso
92 pensamento é que, quanto mais o CAR for efetivo, melhor instrumento de
93 gestão nós vamos ter. É o que nós estamos tentando.” O presidente sugeriu
94 ainda que o pesquisador da Embrapa citado pelo conselheiro representante da
95 Faemg possa ser convidado para fazer exposição sobre o tema para a Câmara.
96 O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira comentou sobre os métodos de
97 produção agrossilvipastoril em Minas Gerais, em especial a produção de grãos,
98 fazendo um paralelo com o escândalo de carne de qualidade adulterada
99 ocorrido recentemente no país. “Eu tenho uma preocupação muito grande e
100 imagino que, principalmente, a Faemg em Minas Gerais poderia alertar as
101 autoridades competentes. No dia em que começarem a saber como são
102 produzidos os grãos no Brasil e a carne, com desmatamento irregular, uso de
103 água irregular, invasão de APP, devastação de nascentes e veredas,
104 assassinato de homem do campo, invasão de terra indígena... E nós sabemos
105 que tem a morosidade do Estado no que diz respeito a esses licenciamentos e
106 procedimentos. Além disso, tem uma questão muito séria que é a do transporte
107 desses produtos sem nota fiscal. Na nossa região mesmo, só se consegue
108 comercializar grão, na maioria das vezes, se for sem nota fiscal. Então eu tenho
109 uma preocupação muito grande com isso. No dia em que estourar no Brasil, vai
110 ser um problema seríssimo para o setor. Eu queria fazer esse comentário
111 porque não temos visto ser comentando na mídia.” O conselheiro comentou
112 ainda sobre casos de desacato de empreendedores e seus representantes a
113 técnicos da Supram, quando do processo de regularização e fiscalização
114 ambiental, e propôs que suas considerações sobre os vários temas fossem
115 objeto de reflexão para esta Câmara. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
116 Nascimento propôs à Presidência solicitar autorização da direção da SEMAD
117 para que a discussão sobre a revisão da DN 74 seja aberta na CAP e que o
118 trabalho seja realizado de forma rápida e objetiva. “Para mim, seriam o que é a
119 DN 74 hoje e aqueles pontos principais que o Colegiado considerar que devem
120 ter nova formulação, para encaminharmos à SEMAD.” O conselheiro destacou
121 ainda que o tema não é simples e exige atenção. “Em alguns aspectos, os
122 procedimentos deixam muito a desejar. Por exemplo, em Minas é possível jogar

123 veneno de avião, e perto de Abaeté e Pompeu tem uma reflorestadora, está na
124 aldeia dos índios, e se joga veneno. Então essas coisas todas terão que ser
125 olhadas. Que se abra a discussão na próxima reunião em alguns pontos
126 principais, para que a coisa possa andar.” O conselheiro também comentou
127 sobre a regulamentação do licenciamento ambiental municipal. “Eu tenho
128 absoluta certeza de que, da maneira como foi feita, não tem a menor
129 possibilidade de dar certo.” Quanto à discussão sobre o Cadastro Ambiental
130 Rural e o Programa de Regularização Ambiental, o conselheiro endossou a
131 manifestação do representante da Faemg e sugeriu que fossem apresentadas
132 informações mais consolidadas na próxima reunião sobre como poderá ser dada
133 maior fluidez ao processo de implantação dos instrumentos em Minas Gerais.
134 “Nós precisamos avançar. Mesmo que não seja naquilo que é o desejo de todos
135 e na velocidade desejada, a questão tem que avançar.” O conselheiro registrou
136 ainda as seguintes considerações. “Se quiserem, podem marcar uma reunião,
137 mas eu, realmente, me sinto na obrigação de dizer que instalação de
138 empreendimentos em Minas Gerais e empreendimentos irem para outros
139 Estados não têm nada a ver com licenciamento ambiental. O capitalismo não
140 funciona assim. Desde o final do império que o Brasil tenta resolver
141 desigualdades regionais via incentivos fiscais, e é por isso que não sai reforma
142 tributária. O ex-senador José Alencar falava ‘eu instalei a minha empresa têxtil
143 lá em Montes Claros’, e ele assinou a autorização aqui com o Tancredo, no
144 Palácio da Liberdade, e recebeu dez anos sem ter que pagar IPTU, com todos
145 os tipos de incentivos fiscais. Agora, não tem nada a ver com licenciamento
146 ambiental. Sabe qual é a taxa de aprovação de licenciamento ambiental em
147 Minas Gerais, sob a responsabilidade da SEMAD? É algo em torno de 99% dos
148 processos. Não tem grande empreendimento em Minas Gerais que não obteve
149 licenciamento. A legislação pode ser melhorada. Mas ser colocada como
150 obstáculo ao desenvolvimento, à implantação de empreendimento? Eu acho,
151 inclusive, que agricultores sofrem muito mais. Quanto menor, mais difícil. Não
152 tem apoio técnico etc. Agora, grandes empreendimentos? A questão do
153 reflorestamento diz respeito a outras questões. Quer dizer, a questão é um
154 pouco mais complexa do que uma questão de licenciamento. E eu acho que o
155 agricultor familiar, o médio produtor rural e o fazendeiro têm muito mais
156 dificuldades do que as grandes empresas, inclusive na fila do licenciamento.” O
157 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira citou a aprovação da DN sobre
158 educação ambiental e fez o seguinte comentário: “Faz sentido a proposta do
159 Eduardo para que, quando vier esse licenciamento ambiental simplificado e
160 outras normas, como a revisão da DN 74, aqui não tenham muitos
161 questionamentos. Se construirmos juntos, fica melhor.” Quanto à manifestação
162 do representante do Mover, o conselheiro comentou: “Aqui em Minas Gerais não
163 teve nenhum caso de ‘Carne Fraca’ nem de empresa com esse tipo de
164 problema que foi muito comentado na imprensa. E a respeito de como o mundo
165 vai se comportar quando ficar sabendo como são produzidas a soja, carne,

166 significa dizer que existem questionamentos. O mundo não está de bobeira para
167 ficar comprando produtos que tenham origem questionada do ponto de vista
168 ambiental. E nós não podemos também trazer essa questão do desmatamento
169 na Amazônia, que é coisa de cachorro grande. O camarada que está
170 desmatando não é produtor rural, é madeireiro. E aí têm muito destaque as
171 tribos indígenas. E a respeito dessa questão de transporte de produto sem nota
172 fiscal, aí não dá para entrarmos no meio dessa conversa, porque é uma questão
173 de fiscalização pela Secretaria da Fazenda, que até aonde eu sei não dá tanta
174 bobeira assim. E quando o camarada é fiscalizado, seja produtor rural ou não, é
175 multado e entra com recurso, com defesa, é uma prerrogativa da legislação.
176 Agora, se tiver um caso concreto de degradação de vereda e nascente,
177 fotografe, traga para a Câmara, que nós vamos entregar pessoalmente para a
178 Promotoria de Meio Ambiente. A Federação da Agricultura, pelo menos nos
179 vinte e tantos anos que estou lá, sempre apoiou a produção sustentável, apoiou
180 o licenciamento ambiental. Nós somos os maiores divulgadores, junto com a
181 Fetaemg e a Seapa, dessa questão do licenciamento ambiental e do cuidado na
182 produção agropecuária sustentada. Quando tiver um caso concreto, traga para
183 cá, para darmos andamento.” O presidente João Paulo Mello Rodrigues
184 Sarmento sugeriu que, em relação à proposta de discussão pela CAP da revisão
185 da DN 74, fosse aprovada uma moção da Câmara ao presidente do COPAM. O
186 conselheiro Enio Resende de Souza comentou sobre o licenciamento ambiental.
187 “Nós estamos querendo discutir uma questão de modernização, de
188 melhoramento do sistema de licenciamento. É claro que a DN 74 faz parte
189 disso, mas nós não queremos ficar presos à DN 74, nós estamos querendo
190 discutir o licenciamento como um todo. Eu concordo com a moção de pedirmos
191 a discussão na CAP, principalmente da questão do licenciamento simplificado,
192 que atende os pequenos e médios produtores. Mas para essa modernização. O
193 CAR e o PRA, na minha opinião também, são divisores de água, e não pode
194 então pegar um FCE, e remeter se a reserva legal está averbada. Ou seja,
195 todos os instrumentos do licenciamento estão defasados. Eles tinham que ter
196 como parâmetro o CAR, o PRA. Qual outro setor tem o CAR? É a indústria, a
197 infraestrutura? É o setor rural. Nós fizemos um esforço hercúleo para que as
198 propriedades rurais fossem cadastradas, com coordenadas geográficas, com
199 imagem. É um avanço muito significativo que o Brasil está dando de exemplo
200 para o mundo, mas nós temos que aproveitar isso para modernizar e não para
201 simplificar ou correr atrás de guerra fiscal, como o Eduardo falou aqui. Porque
202 também existe a guerra ambiental. A nossa outorga é diferente da Bahia, que é
203 diferente da do Espírito, que é diferente de São Paulo e Goiás, que são nossos
204 vizinhos. Por ser diferente, afasta empreendimentos. A outorga, o licenciamento
205 e tudo o mais. Mas o que nós queremos aqui, de fato, é melhorar e modernizar
206 a área do licenciamento e da regularização ambiental no Estado de Minas
207 Gerais. A conselheira Polyana Faria Pereira se manifestou em relação aos
208 licenciamentos em Minas Gerais. “O fato de a maioria das licenças ser aprovada

209 não significa que o licenciamento não representa um ganho para o meio
210 ambiente, porque a forma como as licenças são pedidas não é a mesma forma
211 como são aprovadas. No meio do processo, são colocadas condicionantes, são
212 colocados vários pedidos de complementações dentro dos projetos. O que às
213 vezes muita gente entende como um empecilho ao desenvolvimento, nós
214 entendemos como o desenvolvimento sustentável em si. Lógico que pode
215 melhorar sempre, como todos falaram, com a evolução do licenciamento, mas
216 nós estamos aqui compondo o Conselho, representando o Ibama, que é um
217 órgão licenciador, e ajudando no desenvolvimento sustentável e não
218 entendemos como empecilho. E existem vários projetos que são impedidos. Um
219 colega nosso do licenciamento defendeu uma tese e colocou vários dados, a
220 quantidade de projetos que são apresentados ao licenciamento do Ibama,
221 especificamente. A quantidade de projetos que entram, a porcentagem que
222 realmente consegue uma licença, a porcentagem de projetos que são barrados,
223 e principalmente o melhoramento dos projetos, a forma como são colocados no
224 início e a forma como são aprovados. O que às vezes representa uma melhoria
225 no final para o meio ambiente.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa:
226 “Eu entendo a preocupação não só dos conselheiros, mas da população com a
227 qualidade dos produtos agropecuários e vejo também que há uma necessidade
228 de modernização e organização do setor, visto que o Estado de Minas Gerais é
229 um Estado que todo mundo fala que é praticamente agropecuário. A maioria das
230 prefeituras não têm secretaria de Agricultura. Quanto tem a secretaria de
231 Agricultura, não tem o departamento de Defesa Sanitária Vegetal e Animal.
232 Então eu entendo que nós temos que fortalecer os municípios a se organizarem,
233 com legislações específicas municipais, junto às câmaras municipais, para
234 determinar que nível de comércio, que nível de qualidade aquele município quer
235 para os produtos agropecuários, que nível de qualidade quer para o consumo
236 daqueles produtos pela população municipal. Precisa também ter uma
237 organização de controles para esse material. Se pegarmos quantos laboratórios
238 nós temos em nível municipal e em nível estadual que façam o controle da
239 qualidade dos produtos agropecuários, são baixíssimos. Eu não estou falando
240 que os municípios teriam que ter laboratório, mas que deveriam ter controle,
241 contratar algum laboratório que possa fazer esses controles. Deveriam ter
242 técnicos capacitados para acompanhar os processos produtivos desses
243 municípios. Então eu defendo junto ao Ministério da Agricultura que nós temos
244 como obrigação ajudar tanto o Estado quanto os municípios a se organizarem.
245 Só assim eu acho que nós vamos avançar nessa questão da qualidade e de um
246 nível de qualidade melhor do que se tem hoje.” Essas falas são muito
247 importantes e batem com o que nós pensamos. Se formos trazer as
248 irregularidades que conhecemos na nossa região para a CAP, vamos ter que
249 ficar só para atender isso. Nós nem levamos mais nada para o Ministério
250 Público, porque acaba não dando conta. Tem promotor que é comprometido e
251 outro que não é. Outra questão é que eu vejo alguns tipos de falhas sérias.

252 Principalmente, eu tenho sido crítico do Crea. Na nossa região, por exemplo, o
253 que tem de construção assinada por engenheiros em área de preservação
254 permanente, em área não edificante etc... Quando se vai para a zona rural, se
255 vê a mesma coisa, irresponsabilidade dos engenheiros, e não sabemos a quem
256 recorrer para resolver isso. Aproveitam-se de oportunidades quando o município
257 não tem estrutura, fora a estrutura de gestão do município onde colocam
258 pessoas que têm compromisso com os governos e os grupos políticos e não
259 com o município como Estado. Aí vira essa confusão. Então eu acho importante
260 essa ideia de discutirmos políticas aqui e ideias para o Estado, para que deixe
261 de ser governo e seja Estado para resolver isso. E a nossa função é de buscar o
262 equilíbrio, como eu creio que seja a função também do próprio Crea. Para se ter
263 uma ideia, o Movimento Verde de Paracatu renunciou ao cargo de conselheiro
264 que tinha no Conselho de Meio Ambiente de Paracatu. Nós víamos a hora de o
265 Ministério Público ajuizar uma ação, e nós pagarmos o pato. Então nós saímos,
266 porque são 'prefeiturizados' esses órgãos nos municípios. Com relação ao
267 licenciamento, eu acho que tem que ter um viés de tentar puxar o cidadão
268 empreendedor para a consciência, para o comprometimento com relação à
269 sustentabilidade. Não adiante o licenciamento sem matemático se não leva essa
270 questão em conta. Se não descobriremos uma maneira de envolver os
271 empreendedores em todos os setores para um compromisso com a
272 sustentabilidade, nós sempre vamos ter problema com relação ao licenciamento
273 ambiental.” Igor Lopes Braga: “Eu gostaria de corroborar muito do que foi
274 exposto aqui na Câmara, principalmente pelo Carlos Alberto e pelo Enio,
275 posicionamentos que eu tenho, pessoais e também como instituição. Sobre a
276 moção, eu acredito que não seria uma moção para apresentar o que está sendo
277 trabalhado quanto à DN 74, mas, sim, propor uma quebra de paradigma e fazer
278 a instalação de um novo modelo para o setor agrossilvipastoril. Eu acho que é
279 muito importante a desburocratização, principalmente para os empreendimentos
280 que já estão instalados e que vão pedir a renovação, o que é uma questão bem
281 complicada, em que eles passam por um trâmite bem complicados, como se
282 fossem um empreendimento novo. E também empreendimentos que estão
283 instalados em área degradada, área que já foi antropizada. Tem que haver uma
284 diferenciação nessa questão para simplificar para esses tipos de
285 empreendimentos, que não vão causar o mesmo tipo de impacto que um
286 empreendimento novo. Trabalhar na desburocratização e no tratamento de atos
287 declaratórios como atos declaratórios e não criar processos autorizativos em
288 cima disso.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Eu queria começar
289 conversando sobre o tom que trazemos e entender melhor o que estamos
290 chamando de melhoramento deste processo de licenciamento ambiental.
291 Melhoramento é muito vago, existem interesses diversos de construções
292 diversas a partir daí. Quando debatemos o melhoramento do licenciamento
293 ambiental, tem uma pressão muito grande do setor do capital. Eu concordo com
294 o Eduardo que nós não vamos conseguir deixar de licenciar mais para diminuir

295 as demandas ambientais no modelo produtivo, nesse sentido. E existe o outro
296 que quer o contrário. Esse modelo não serve para a agricultura familiar. Toda
297 regra do Estado, quando padroniza, prejudica a agricultura familiar e dificulta
298 essa ação. É o que foi trazido também. Mas ao mesmo tempo nós queremos um
299 modelo de produção que seja compatível com a questão ambiental, que consiga
300 manter isso. Aí, os órgãos ambientais têm vendido um lugar muito positivo,
301 como o próprio Carlos Alberto trouxe, e a realidade com o nosso público não é
302 essa. Se forem visitar os povos e comunidades tradicionais, os licenciamentos
303 ambientais e os empreendimentos que existem lá, vocês verão que tem
304 eucalipto na casa, no quintal das pessoas. Em Viçosa, o Córrego do Meio não
305 tem água; é uma comunidade tradicional quilombola. Essa é a realidade com
306 que nós convivemos. Não podemos pintar uma realidade de que os nossos
307 produtos são excelentes, de que está tudo certo, que o modelo ambiental está
308 legal etc. Para nós do Desenvolvimento Agrário, com esse modelo que vivemos.
309 Os povos e comunidades tradicionais e os reassentados de reforma agrária
310 estão em uma situação muito grave. Por exemplo, no Vale do Rio Doce, antes
311 do crime ou desastre, não tinha nem um topo de morro que tivesse alguma.
312 Então é o modelo de desenvolvimento colocado ali. Na bacia do Suaçuí está
313 tudo degradado, porque o modelo de desenvolvimento, provavelmente com
314 licenciamento ambiental, acabou com aquela região. Está colocada uma
315 dificuldade que precisa ser sanada. Nesse debate que estamos construindo de
316 melhoramento do processo de licenciamento ambiental, nós temos que discutir
317 qual tipo de licenciamento e qual modelo produtivo nós queremos. Não
318 aceitarmos como órgão ambiental que temos um excessivo uso de veneno está
319 errado. Pode-se sobrevoar comunidade tradicional e lançar veneno na sua
320 produção. E todo mundo sabe qual é a estratégia de ganhar o espaço dessas
321 grandes monoculturas de madeira etc. E as comunidades tradicionais estão ali
322 no meio. Isso precisa ser colocado. Aí eu acho que nós precisamos avançar. A
323 Secretaria de Desenvolvimento Agrário tem feito grande esforço de conseguir
324 trazer para a pauta ambiental esse modelo de transição agroecológica, que é
325 viável economicamente, que não é uma utopia. Vários países da Europa já
326 produzem unicamente com esse modelo, então é um modelo viável.
327 Economicamente, é só olhar para o Plano Safra e verá que é viável. Com cada
328 R\$ 1 investido em um modelo produtivo do agronegócio, que tem que comprar
329 insumo, que tem maquinário, que tem latifúndio, você produz 1,3 a 1,4, mais ou
330 menos. Enquanto R\$ 1 investido na agricultura familiar gera de 2,5 a 3,5 a
331 produção. Se você ver o investimento colocado com o produzido, se pegar todo
332 o Plano Safra no último período, mostra a viabilidade econômica e produtiva
333 desse modelo. Então nós precisamos aproveitar esse debate do licenciamento
334 ambiental para fortalecer o modelo de produção dos pequenos agricultores
335 familiares com o modelo produtivo com o menor impacto ambiental. Isso passa
336 pelo Safra, pela agroecologia e por uma série de coisas. Eu queria aproveitar
337 esse debate para trazer isso e divulgar que estamos em um seminário com a

338 Fapemig e a Epamig, de três dias, justamente para pautar o setor público de
339 pesquisa de que ele precisa investir nesse novo modelo de produção. Nós
340 vamos ficar três dias com essa turma toda para tentar desenvolver e construir
341 isso. Podemos trazer os problemas legais do investimento colocado, existe um
342 monte. Mas existe um monte de contradições que são legais. Existem os ilegais,
343 que vamos discutir aqui, mas existe um monte de contradições que estão
344 legalizadas, por exemplo, a pulverização aérea. Então precisamos também
345 tratar desse limite do que é legal e do que é ilegal.” Conselheiro Gustavo de
346 Faria Freitas: “A Câmara Especializada do Crea vem discutindo esses assuntos
347 que foram comentados aqui, e existe uma preocupação muito grande a respeito
348 da implantação do PRA, a forma como vai ser feito, quem vai fazer, a
349 preocupação com todos os níveis de agricultores, desde o familiar até o
350 agricultor empresarial. A respeito da responsabilidade técnica, todo
351 empreendimento de engenharia – praticamente todos – é fiscalizado pelo Crea
352 quanto à atribuição do profissional. Se o empreendimento não estiver de acordo,
353 cabe uma denúncia ao Crea. Essa denúncia vai ser verificada nos moldes da
354 Resolução e vai ser acatada ou não. Ela vai ser julgada, e o profissional vai ser
355 chamado a esclarecer. Na nossa página tem um formulário que pode ser
356 preenchido, para ser realizada a denúncia. E nós ficamos à disposição também
357 para outros esclarecimentos.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues
358 Sarmiento: “Essas discussões trazidas aqui irão nos ajudar a buscar a melhoria
359 da política agrícola no Estado. Se algumas coisas não estão funcionando, nós
360 temos que insistir para que funcionem. O poder do Estado de reagir com um
361 todo muitas vezes não é aquele poder que nós cidadãos gostaríamos que o
362 Estado tivesse. Mas está reagindo. Nós buscamos, dentro das nossas
363 competências, atender no que for possível, e temos que estar sempre atentos.”
364 Moção aprovada pela CAP. A Câmara Técnica Especializada de Atividades
365 Agrossilvipastoris aprovou por unanimidade moção ao secretário de Estado de
366 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nos seguintes termos: “Os
367 conselheiros da Câmara Técnica Especializada de Atividades Agrossilvipastoris
368 (CAP), do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), em sua 3ª
369 reunião ordinária, realizada no dia 30 de março de 2017, no município de Belo
370 Horizonte, aprovaram moção com o seguinte teor: ‘Nós, os conselheiros da
371 Câmara Técnica Especializada de Atividades Agrossilvipastoris, vimos solicitar
372 que sejam designados para discussão nesta Câmara os seguintes temas: 1)
373 Termos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização
374 Ambiental (PRA); 2) Licenciamento ambiental de atividades agrossilvipastoris. 3)
375 Apresentação da revisão da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004. Tais
376 solicitações deverão ser apresentadas a esta Câmara no estado da arte em que
377 se encontram em elaboração na SEMAD, visando possibilitar a construção e a
378 proposição de um rol de sugestões quanto às normas que atendam a
379 racionalidade dos procedimentos’.” **4) EXAME DA ATA DA 2ª REUNIÃO DA**
380 **CAP**. Aprovada por unanimidade a ata da 2ª reunião da Câmara Técnica

381 Especializada de Atividades Agrossilvipastoris, realizada em 23 de fevereiro de
382 2017. **5) PLANO DE AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO.**
383 **Apresentação: MAPA/SFA-MG.** Fernando Antônio de Souza Costa, do
384 MAPA/SFA, fez apresentação do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de
385 Carbono - Aspectos da mudança do clima e a agropecuária, desenvolvido pelo
386 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Debates.** Após a
387 exposição foram registrados os seguintes debates. O conselheiro Enio Resende
388 de Souza agradeceu e cumprimentou a Presidência da CPB por ter
389 proporcionado a apresentação do tema e ao representante do MAPA pela
390 exposição. Chamou ainda atenção para alguns pontos que considera relevantes
391 para a Câmara. “O nosso setor agropecuário é talvez um dos únicos que, de
392 fato, não só podem reduzir a emissão, mas, mais do que isso, é talvez o único
393 setor que sequestra o carbono, de fato. Por exemplo, a indústria pode reduzir,
394 pode melhorar? E nós, além de reduzirmos, temos que lembrar que a atividade
395 vegetal é fotossíntese. O vegetal utiliza o carbono para o crescimento da planta.
396 Então o setor de agropecuária, a silvicultura, pastagens. Nós mesmos
397 cometemos o equívoco achando que só árvore sequestra carbono. Mas também
398 o capim, o café, a soja, enfim, as culturas vegetais sequestram o carbono no
399 crescimento. Eu acho que nós temos que afinar o nosso discurso porque o
400 Programa ABC é muito avançado e muito bacana. Agora, uma crítica que eu
401 faço ao nosso setor é que o ABC precisa, a meu ver, ganhar esse nome de
402 programa, ele está muito colocado ainda como projeto de financiamento. Essas
403 informações trazidas acalentam nosso desejo de ter programa de pesquisa de
404 extensão rural, de pagamento por serviços ambientais e não ficar só naquela
405 linha do crédito rural. Porque senão vira projeto e não um programa. Tem que
406 ganhar corpo porque é um programa belíssimo. Nesse ponto, o Brasil dá um
407 exemplo ao mundo de um programa sério e efetivo para essa questão climática
408 tão séria que estamos vivendo.” O conselheiro comentou também sobre
409 modernização do licenciamento ambiental. “De fato, às vezes é um conceito
410 vago, mas o que nós buscamos não é uma flexibilização do licenciamento por
411 simplificar. Por isso usamos a palavra modernização, porque o que estamos
412 querendo é, de fato, um ganho ambiental, mas que respeite pelo menos
413 algumas questões que nós reconhecemos. Por exemplo, a DN 01/90, a primeira
414 deliberação normativa do licenciamento não tinha uma linha de corte para o que
415 estaria fora do licenciamento convencional. Por exemplo, a irrigação. O que é
416 pequeno? São projetos menores que 1.000 hectares. Isso está na DN 01/90.
417 Menor do 1.000 é qualquer número. Significa que todas as atividades agrícolas,
418 os agricultores familiares e qualquer tipo de agricultor tinham que ter
419 licenciamento. Houve uma modernização com a DN 130 que trouxe a agricultura
420 orgânica. Será que a agricultura orgânica teria que ter um tratamento
421 diferenciado no licenciamento? Eu acho que sim. Ao trazer para a DN 130 a
422 agricultura orgânica, houve uma modernização, nós estamos incentivando a
423 agricultura orgânica, e isso é bom para o meio ambiente. E o ABC não está

424 dentro da DN 74. Então ao fazemos isso nós estamos incentivando que, por
425 exemplo, um programa tão bacana como o ABC cresça, seja estimulado. Então
426 não é simplificar e favorecer os grandes, são olhares para esse tipo de coisa
427 que estamos comentando aqui.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira
428 parabenizou o representante do MAPA pela apresentação e destacou que “nos
429 últimos anos foi a fala mais estimulante” que já ouviu. Corroborou a
430 manifestação do conselheiro representante da Emater sobre o Programa ABC e
431 também defendeu a modernização do processo de licenciamento ambiental no
432 Estado Emater. Registrou ainda as seguintes considerações. “Vocês viram na
433 imprensa que o Trump deu uma modificada na direção dos Estados Unidos
434 nessa questão da mudança climática e do aquecimento global. Ele está indo
435 contrário a esse caminho porque tem por trás, assim como Barack Obama
436 também teve, um grupo muito forte de estudiosos do assunto que não estão
437 acreditando muito em mudança climática etc. Por causa disso, eu queria
438 estimular a Presidência a trazer na próxima reunião uma palestra da FEAM para
439 explicar como descobriu que agricultura é o maior contribuinte para a mudança
440 climática. É o que está na terceira tela da palestra. Lembrando que esse quadro
441 já foi apresentado em outro grande evento, no BDMG, há seis ou sete anos.
442 Quando ficou claro que a agricultura era o maior contribuinte para o
443 aquecimento global, foram feitas perguntas que não foram respondidas naquela
444 época. Por isso, para acrescentar à nossa cultura, seria importante trazer a
445 metodologia para se chegar àquela informação.” A Presidência acatou a
446 sugestão do conselheiro e solicitou à Secretaria Executiva para pautar na
447 próxima reunião uma apresentação da FEAM sobre o tema agricultura e
448 mudanças climáticas. O conselheiro Lucas Amaral Melo parabenizou o
449 representante do MAPA pela qualidade da apresentação e corroborou os
450 comentários do conselheiro representante da Emater. “Essa questão do ABC,
451 agricultura de baixo carbono, poderia ser também AAC, agricultura de alto
452 carbono, mas olhando por outro lado: ao invés de emissão, a absorção de
453 carbono. E nós temos plena condição de fazer isso com a tecnologia que temos
454 hoje na agricultura. Um dos principais focos é a agricultura de baixo carbono,
455 mas está muito relacionada com a disponibilidade de água. Aí uma crítica a toda
456 a sociedade. Tem hora que ficamos muito presos em acertar o ponto X de
457 alguma coisa. Por exemplo, recuperar nascentes: ‘a 50 metros da nascente, isso
458 é o suficiente para conservar a nascente; cercar e pronto’. Mas esquecemos que
459 o mais importante é o manejo da propriedade como um todo. Só cobrar para
460 pensarmos um pouco mais nisso, pensar em manejar a propriedade como um
461 todo. E ressaltar que realmente é preciso criar propriedades modelo ou
462 unidades demonstrativas. Porque sabemos que muito produtor rural tem muita
463 restrição a coisas novas e começa a implementar realmente na hora que
464 começa a ver resultado do seu vizinho. Então a ideia de implementar manejo de
465 propriedade como um todo dentro do programa ABC. Outra questão, que é um
466 dos principais problemas de água nas propriedades rurais, e que também temos

467 que começar a pensar e cobrar é planejamento, monitoramento e manutenção
468 de estradas rurais. É um dos principais fatores degradantes de uma propriedade
469 rural. Outra coisa é que eu gostaria de instigar, tanto os órgãos que fazem
470 concurso e que tratam dessas áreas de agropecuária, assim como dentro do
471 ABC, na contratação de profissionais, a contratação de engenheiros florestais.
472 Porque a grade curricular da engenharia florestal é muito baseada em ABC.
473 Então que vocês integrantes e responsáveis do setor que representam hoje
474 pensem nisso para até melhorar a qualidade e incluir novas discussões com os
475 técnicos responsáveis por esses programas.” Conselheiro Pedro de Freitas
476 Moreira: “O plano ABC é uma ação com volume de investimento e recursos
477 muito maior do que uma série de outras ações que temos feito no mesmo
478 caminho dentro do Estado, e eu tenho feito um esforço de entender o que a
479 Codemig tem feito, a Copasa, de ação que podemos enquadrar como tecnologia
480 de produção de água, de produção agroecológica ou até orgânica. Conhecer o
481 plano um pouco mais nos ajudaria.” Após essa introdução, o conselheiro fez
482 questionamentos específicos, como a forma que a Secretaria de
483 Desenvolvimento Agrário poderia viabilizar o diálogo na governança do
484 programa ABC e acompanhar mais de perto, bem como informações mais
485 técnicas sobre o programa, como volume de hora/aula e metodologia dos
486 cursos. Questionou ainda em quais ações os investimentos foram feitos, em
487 quais municípios, o tipo de tecnologia implementada etc., com o objetivo de
488 conhecer e poder pensar estratégias que possam ser adotadas. O conselheiro
489 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento comentou sobre o programa ABC. “É
490 evidente que o programa hoje tem uma inclinação mais voltada para o
491 agronegócio, mas isso não faz parte do DNA do programa, e essa dicotomia
492 verbal o clima não reconhece, a água não reconhece, a planta não reconhece.
493 Eu me empenhei muito, desde a época em que a Seda era subsecretaria, para
494 que engajassem no esforço. Então é preciso ficar claro que não há nenhum
495 impedimento. Tem muitos pontos que são as pautas principais da agricultura
496 familiar que dizem respeito à água, aos sistemas agroecológicos, às práticas
497 sustentáveis. O único senão que eu coloquei é sobre o crédito. O programa, por
498 enquanto, não tem verba pública da União e se baseia muito no crédito do
499 programa ABC, que é mais caro do que o Pronaf. E tem o teto. Para quem pode
500 pegar R\$ 1 milhão, com as taxas do ABC, é grande negócio. O programa é
501 subsidiado. Mas o horizonte no Brasil não é bom para políticas públicas com
502 subsídios via crédito.” Com base nessas considerações, o conselheiro propôs a
503 realização de uma reunião entre os representantes do MAPA, da Seda, da
504 Emater e da Fetaemg para esclarecimentos sobre o programa e para se
505 estabelecer a forma de acompanhamento. Fernando Antônio de Souza Costa,
506 do MAPA: “Realmente, o programa ABC foi concebido muito em cima do crédito
507 rural, e nessa reformulação que está havendo nós temos que falar sobre muitas
508 coisas de adaptação às mudanças climáticas. A mitigação vai ocorrer se
509 viabilizarmos o processo de adaptação do setor agropecuário. Naquele

510 momento foi um foco e continua sendo o nosso ponto de monitoramento o
511 crédito rural, mas já temos feito algumas outras ações pontuais que temos que
512 registrar em Minas Gerais, até para demonstrar não só ao governo federal, mas
513 aos parceiros internacionais, que estamos envolvidos com algumas outras
514 questões de quantificar isso, e não só via crédito. E realmente o pessoal da
515 agricultura familiar tem uma taxa de juros muito mais interessante no Pronaf do
516 que pegar o recurso do crédito. Por isso que eles falam que o programa ABC é
517 para o médio e grande produtor. Mas o plano ABC é para todo o setor produtivo
518 agropecuário. A agropecuária tem condições de ajudar, como plano setorial, os
519 outros setores a se adaptarem a menor emissões, dá margem à indústria a
520 desenvolver os seus motores mais econômicos ou mais eficientes. A agricultura
521 tem feito isso, mas a indústria tem que caminhar também. Outro ponto é que
522 temos que deixar muito claro quando falamos de emissões da agropecuária.
523 Quando se pegam as negociações em nível da Europa, vamos supor, coloca o
524 desmatamento e a mudança de uso do solo como agropecuária. Então coloca a
525 agropecuária como grande emissora. Isso tem um jogo comercial por trás,
526 porque a Europa hoje está demandando produtos agrícolas, não está
527 exportando. Por isso está nessa fase dos projetos sustentáveis. Então estamos
528 tentando fazer essa diferenciação, o que é emissão da agropecuária, o que é da
529 queimada, o que é da mudança de uso do solo. Realmente, é também
530 preocupação ter o manejo da propriedade com um todo. Inclusive, tem o ISA,
531 Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas, que tem sido implantado
532 com todas as suas dificuldades, e é uma referência para que produtor tenha
533 uma visão mais integrada e holística da propriedade rural. E eu entendo questão
534 da unidade demonstrativa, e nós estamos investindo na Epamig de Felixlândia,
535 por ser uma entidade pública, para ter uma unidade demonstrativa. Estamos
536 recuperando curral, os alojamentos, justamente para viabilizar e levar os
537 técnicos.” O representante do MAPA reforçou ainda que a participação de todos
538 os parceiros, como a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, é sempre bem-
539 vinda para a discussão e o acompanhamento do programa. Quanto ao curso
540 ministrado pela Embrapa, informou que são programadas 120 horas, em quatro
541 módulos. “As pessoas vão receber o material impresso, e temos o interesse que
542 os técnicos de todas as regiões de Minas Gerais sejam capacitados. Sabemos
543 quem muitas vezes não têm acesso com facilidade à internet, então estamos
544 viabilizando o material impresso.” Informou também que os cursos de educação
545 à distância do Projeto Rural Sustentável são de oito ou 16 horas, para
546 capacitação dos técnicos. Quanto ao crédito rural, esclareceu que foi captado
547 pelas regiões do Noroeste, Triângulo Mineiro e Norte de Minas e que 85% foram
548 para recuperação de áreas degradadas; uma parte foi para integração de
549 lavoura, pecuária e floresta. Finalmente, se colocou à disposição para conversar
550 sobre os diversos projetos realizados, inclusive em parceria com a Emater, e
551 citou ainda o projeto Leite Saudável. Conselheiro Igor Lopes Braga: “O grande
552 problema de apontar a agricultura como um dos principais colaboradores com

553 as questões de emissão é porque se contabiliza somente o que foi desmatado e
554 às vezes não se contabiliza, quando a cultura já está operando, o que foi
555 captado de carbono. Então fica parecendo que o setor, por conta de alguns
556 desmatamentos, é o vilão. Na Câmara de Energia e Mudanças Climáticas
557 (CEM), a AMS vai apresentar, na próxima reunião, um estudo realizado em
558 conjunto com a Fiemg sobre o balanço de carbono no setor florestal. O Brasil
559 também somente contabiliza a emissão no setor agrícola como um todo e não
560 contabiliza o que foi captado. É uma questão que precisa ser revista, e é preciso
561 ser apresentado um estudo nesse sentido. E Minas Gerais nessa linha acaba
562 não contabilizando o que é feito de captação pelo setor florestal e somente fala
563 em emissão. Por isso eu acho muito importante essa apresentação, e fazemos
564 um convite aos conselheiros para comparecem à CEM, na reunião do próximo
565 mês, para avaliar o estudo e ver essa questão com mais profundidade.”
566 Fernando Antônio de Souza Costa, do MAPA: “Quanto às emissões, eu estava
567 falando do desmatamento dos ecossistemas naturais, e não das florestas
568 cultivadas. Quando estamos falando de florestas cultivadas, o mesmo que você
569 captou você emitiu quando queima. Então neutraliza essa conta. Mas eu fiz
570 referências aos desmatamentos e queimadas ilegais. O monitoramento é uma
571 questão que está sendo trabalhada junto com a Embrapa. Então é um ponto
572 difícil ainda falar sobre monitoramento e avaliação desses planos.” **6)**
573 **PROGRAMAS DE RESTAURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL**
574 **SUSTENTÁVEL. Apresentação: IEF.** Fernanda Teixeira Silva, diretora de
575 Conservação e Recuperação de Ecossistemas/IEF, fez apresentação dos
576 programas de restauração e desenvolvimento florestal sustentável, com um
577 resumo das ações coordenadas pelo Instituto Estadual de Florestas e daquelas
578 em que tem o envolvimento do órgão. “Em primeiro lugar, os nossos programas
579 de fomento florestal. Nós temos 62 viveiros de produção de mudas hoje
580 coordenados pelo IEF, espalhados por todo o Estado, que dão suporte, através
581 da produção de mudas, aos nossos programas de fomento. Uma das
582 modalidades é o programa de Fomento Ambiental, em que o objetivo é a
583 restauração de áreas degradadas, em especial, APPs e reservas legais. Nós
584 fizemos um levantamento de dados de 2006 a 2015, em que no programa de
585 Fomento Ambiental trabalhamos uma área de aproximadamente 84 mil hectares
586 e produzimos aproximadamente 17 milhões de mudas, através dos nossos
587 viveiros. Nós percebemos um decréscimo a partir dos anos de 2013 ou 2012 em
588 função da redução dos investimentos nessa atividade, o que nós estamos
589 tentando retomar. E no fomento de produção ou fomento social, que tem o
590 objetivo de incentivar os produtores rurais a fazer o plantio com objetivo de
591 suprimento de madeira, de 2006 a 2015 nós trabalhamos uma área de
592 aproximadamente 164 mil hectares, com a produção de mais de 206 milhões de
593 mudas, em sua grande maioria, eucalipto, para essas atividades de suprimento
594 de madeira nas propriedades rurais. No ano de 2016, não fizemos nenhum
595 levantamento. Em função de restrições eleitorais, não pudemos desenvolver o

596 nosso Programa de fomento no ano passado. É importante destacar que o
597 Programa de Fomento vai ter uma vinculação muito grande com o Programa de
598 Regularização Ambiental. Nós sabemos que o Estado é obrigado, pela
599 legislação, a prestar apoio a todos aqueles produtores rurais abaixo de 4
600 módulos. Então vemos um grande desafio para esse Programa de Fomento do
601 IEF. O programa Bolsa Verde é um programa de concessão de incentivos
602 financeiros a produtores rurais que se proponham a manter áreas com cobertura
603 vegetal nativa ou se proponham a recuperar essas áreas. Esse programa foi
604 criado por uma lei em 2008, e o Decreto é de 2009, e em 2010 e 2011 nós
605 tivemos dois períodos para cadastramento dos produtores, o que levou ao total
606 de 3.003 beneficiários inscritos no programa, pelo nosso Comitê Executivo do
607 Bolsa Verde, do qual algumas das instituições aqui participam. Os últimos
608 pagamentos do programa Bolsa Verde foram feitos aproximadamente em 2013,
609 se não me engano. Então já há alguns que não estamos honrando o
610 compromisso com esses produtores rurais. Mas agora em março deste ano nós
611 tivemos uma liberação de recursos financeiros pela Secretaria da Fazenda. Eles
612 liberaram R\$ 5 milhões para o pagamento de alguns desses produtores e
613 fizeram um cronograma para liberação de mais recursos, agora neste primeiro
614 semestre, para que possamos honrar algumas dessas parcelas que já se
615 encontram vencidas. Uma outra ação, um projeto desenvolvido pelo IEF, são os
616 corredores ecológicos. Nós temos um primeiro corredor ecológico que foi
617 reconhecido, na região de Caratinga e Simonésia. Ele abrange sete municípios
618 e tem uma área de aproximadamente 66 mil hectares. Esse corredor ecológico
619 Sossego Caratinga é uma ação em parceria com a Fundação Biodiversitas, que
620 já desenvolvia um trabalho de mais de dez anos nessa região. As pessoas ali na
621 região já se identificavam como integrantes de um corredor ecológico, que é o
622 Sossego Caratinga. E no ano de 2014, através dessa parceria, o Estado fez um
623 decreto instituindo e reconhecendo essa área como de corredor ecológico. E
624 nós estamos em um viés de usar essas áreas de corredores ecológicos como
625 áreas de gestão territorial, para priorização de recursos tanto de fomento quanto
626 demais recursos voltados para a conservação da biodiversidade e também para
627 capacitação e diálogo com os produtores rurais. A área escolhida para
628 implantação desse corredor está localizada em uma área muito alta. Acima,
629 área extremamente alta de vulnerabilidade ambiental e importância biológica
630 extremamente alta. E agora nós estamos com um projeto para implantação de
631 um novo corredor, pelo menos o reconhecimento dele e o direcionamento das
632 ações, na região Norte de Minas. Os objetivos da criação e do reconhecimento
633 desses corredores são a interligação, a conectividade entre remanescentes de
634 vegetação nativa, incluindo as unidades de conservação, o aumento da
635 permeabilidade da paisagem, do fluxo gênico entre as populações; conservação
636 e recuperação de áreas degradadas, em especial, APP e reservas legais;
637 desenvolver ações junto à população promovendo a consciência ambiental e
638 conservacionista; e servir como instrumento de gestão territorial, como eu falei

639 anteriormente. Outra ação ou programa são os Bosques Modelo. Existe um
640 trabalho feito em nível mundial, existe uma rede internacional de bosques
641 modelo, com várias redes locais. E nós estamos inseridos na Rede
642 Iberoamericana de Bosques Modelo, que abrange vários países da América do
643 Sul, América Central e Espanha. Os bosques modelos são áreas em que se
644 pretende desenvolver algumas ações sustentáveis, do ponto de vista ambiental,
645 e também promover uma governança e participação das comunidades que
646 estão ali envolvidas. No Brasil, tem três bosques modelo, sendo que dois deles
647 estão localizados em Minas Gerais e um no Sul do país, que é o Bosque Modelo
648 Caçador. Em Minas Gerais, temos o Bosque Modelo Mata Atlântica, que foi
649 reconhecido pela Rede Iberoamericana em 2004, na região do bioma Mata
650 Atlântica. Uma das ações importantes, que foi desenvolvida na área de
651 abrangência dos bosques, por meio do projeto Promata, foi a contratação de
652 uma consultoria para fazer um diagnóstico de sistemas de produção de
653 silvicultura sustentável, SAFs, produtos florestais não madeireiros, identificando
654 as principais iniciativas de utilização sustentável dos recursos. E por meio desse
655 diagnóstico nós identificamos duas espécies, que teríamos que fazer um
656 trabalho mais aprofundado para regulamentação do uso e manejo, que são as
657 sempre-vivas, que já têm um conflito histórico na região de Diamantina, por
658 causa do uso e manejo, que ainda não são regulamentados; e a palmeira
659 Jussara. Dante disso, nós contratamos duas consultorias. Uma para propor uma
660 regulamentação do manejo da Jussara e outra para propor a regulamentação do
661 uso e manejo das sempre-vivas. Com relação ao da Jussara, eles finalizaram o
662 produto e apresentaram para nós. E nós vamos fazer análise para dar
663 sequência a essa regulamentação. E com relação às sempre-vivas, nós tivemos
664 que interromper esse trabalho da consultoria, mas o Regional por si concluiu a
665 elaboração de um estudo. Agora, nós estamos também nos reunindo para tentar
666 viabilizar essa regulamentação do manejo ainda neste ano. Além do Bosque
667 Modelo da Mata Atlântica, nós temos o Bosque Modelo Mosaico Sertão Veredas
668 do Peruaçu. Ele foi reconhecido em 2005. Na época, era o Bosque Modelo
669 Pandeiros. Em 2013, foi ampliado para a área de todo o mosaico. Ele fica no
670 Norte do Estado, abrange 11 unidades de conservação. Ele se sobrepõe à área
671 do mosaico de unidades de conservação do Norte de Minas. Uma das unidades
672 de conservação que estão abrangidas é o Parque Estadual Veredas do
673 Peruaçu. E o Refúgio de Vida Silvestre do Rio Pandeiros, também localizado na
674 região de Januária. Na área de abrangência desse bosque modelo, até 2011 ou
675 2012, mais ou menos, foi desenvolvido o Projeto Pandeiros de Desenvolvimento
676 Sustentável, em que eram feitas diversas atividades de incentivo a atividades
677 sustentáveis, como extrativismo de frutos do Cerrado, apicultura, criação de
678 pequenos animais, incentivo à agricultura familiar. E a partir de 2012, quando o
679 projeto encerrou, o IEF continuou na região apoiando as comunidades, mas não
680 tão diretamente com recursos, e, sim, mais com assistência técnica. E hoje em
681 dia nós estamos tentando retomar. Nós iniciamos um diagnóstico de ações

682 nessa região para retomar as atividades do bosque modelo lá no Norte. Um dos
683 projetos que eu tinha citado aqui anteriormente é o Projeto de Proteção da Mata
684 Atlântica, o Promata II. Nós tivemos a fase 1 desse projeto, e agora estamos na
685 segunda fase, que foi iniciada a partir de 2012. O Promata trabalha com cinco
686 componentes. Um é o fortalecimento das unidades de conservação,
687 monitoramento, fiscalização e controle; prevenção e combate a incêndios
688 florestais; desenvolvimento sustentável no entorno de unidades de conservação;
689 e a parte de coordenação, monitoria e avaliação. O IEF é responsável pela
690 coordenação geral do projeto, que é financiado pelo banco alemão KFW. E
691 temos as áreas de atuação do projeto, que abrange seis regionais do IEF e
692 algumas regiões escolhidas como áreas prioritárias de atuação. Nós
693 conseguimos do banco uma prorrogação do projeto até o ano de 2018 e
694 estamos melhorando a execução do projeto. Nos anos de 2012 e 2013 não
695 houve execução de recursos financeiros. Em 2014, aumentou essa execução,
696 até 2016, em que houve um aumento bem significativo. Dentro do Promata, nós
697 estamos com o planejamento até 2018 para desenvolver algumas ações
698 importantes de gestão do território, que são o mapeamento da cobertura vegetal
699 no bioma Mata Atlântica, o planejamento sistemático para conservação da
700 biodiversidade e também vamos apoiar a implantação do módulo de análise do
701 CAR e propomos também a contratação de uma consultoria para auxiliar IEF e
702 SEMAD na mobilização e realização de oficinas e junção das informações que
703 nós já temos para apresentar uma proposta de regulamentação do PRA. Esses
704 dois termos de referência referentes ao CAR já estão concluídos, e nós
705 pretendemos estartar agora recentemente o processo de licitação para fazer
706 essas duas contratações. Outro projeto relacionado a recuperação de áreas que
707 está sendo desenvolvido pelo IEF é o Projeto de Recuperação e Proteção dos
708 Serviços do Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica
709 Brasileira. É financiado pelo GEF, através do BID, que é o Banco de
710 Interamericano de Desenvolvimento. Conta com a participação, além do Estado
711 de Minas Gerais, do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro.
712 Envolve a bacia do rio Paraíba do Sul e, em Minas Gerais, envolve a Secretaria
713 de Meio Ambiente, o IEF, que vai ser o executor das ações; e anteriormente a
714 Hidroex, que hoje em dia eu acho que é a Uemg. O projeto foi assinado no início
715 do ano passado, em janeiro de 2016, e tem o objetivo de recuperar e preservar
716 serviços ecossistêmicos associados à biodiversidade e captura de carbono da
717 floresta em zonas prioritárias do Corredor Sudeste da Mata Atlântica. Vai
718 envolver recursos da ordem de US\$ 4,5 milhões em Minas Gerais, sendo que
719 desses recursos US\$ 3,6 milhões vão ser direcionados às metas a que o IEF
720 está responsável. São dois tipos de metas. Uma é a recuperação florestal de
721 1.005 hectares na região do Paraíba do Sul e a capacitação de 375
722 produtores rurais no que se relaciona a serviços ambientais, técnicas de
723 restauração e recuperação de áreas. Temos a área de abrangência do nosso
724 Regional Mata, do IEF, os municípios participantes, que são oitenta e poucos. O

725 Plantando o Futuro é um projeto coordenado pela Codemig, e o IEF atua nas
726 seguintes ações. Nós firmamos um termo de compromisso de reflorestamento
727 com a Codemig em que nós nos responsabilizamos pela doação de 550 mil
728 mudas, aproximadamente, para o projeto. E o outro termo é um termo de
729 cooperação entre o IEF e a Codemig para que o IEF realize a produção de 2
730 milhões de mudas ao ano. Em contrapartida, a Codemig vai investir na reforma
731 e estruturação de três viveiros do IEF, em Corinto, Leopoldina e Patos de Minas.
732 Então a nossa participação no Plantando o Futuro, por enquanto, está dessa
733 forma. Por fim, o projeto Siderurgia Sustentável, que está dentro de um
734 macroprojeto, que é o Produção Sustentável de Carvão Vegetal para a Indústria
735 Siderúrgica. É desenvolvido pelo Pnud, que é o Programa das Nações Unidas
736 para o Desenvolvimento, coordenado pelo MMA e possui a participação do
737 MCTI, que é o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e o Ministério da
738 Indústria e Comércio também é participante, além do governo do Estado de
739 Minas Gerais. Também conta com recursos do Fundo Global para o Meio
740 Ambiente (GEF) e possui como objetivos a energia limpa e acessível, trabalho
741 decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; consumo
742 e produção responsáveis; e ação contra a mudança global do clima. Esse
743 projeto tem algumas linhas de ações, e uma delas é a criação e implementação
744 de um arcabouço institucional e normativo favorável à produção do carvão
745 vegetal sustentável e de melhor qualidade para as indústrias de ferro-gusa, aço
746 e ferro-ligas. Dentro dessa linha de ação, já foi contratada uma consultoria pelo
747 Pnud, sendo que essa consultoria está fazendo todo o levantamento das
748 normas que existem hoje no Estado que envolvem a produção de carvão. Eu
749 acho que vai subsidiar muito o nosso trabalho, tanto para melhorar a questão
750 das DCCs, do corte, colheita e plantio, quanto para o transporte e para a
751 produção em si. A outra linha de ação se relaciona com o fortalecimento de base
752 tecnológica e da capacidade humana por meio da adoção de inovações nas
753 diversas partes da cadeia produtiva, assistência técnica e treinamento em
754 produção sustentável e em gestão de empreendimentos. Nessa linha de ação,
755 se não me engano, eles estão com um trabalho com a Ufla, a UFV e o Senar,
756 em que as universidades já desenvolveram uma tecnologia de um forno de
757 carvão que não tem emissões, para produção de pequena escala, e que não
758 possui emissão de fumaça para o meio ambiente. A ideia é fomentar algumas
759 unidades demonstrativas para implantação desses fornos de carbono
760 desenvolvidos pelas universidades em algumas áreas e capacitar e treinar
761 esses pequenos produtores para que adotem algumas tecnologias mais
762 sustentáveis, do ponto de vista ambiental, na produção de carvão melhorando
763 tanto o rendimento do produto quanto o rendimento econômico. E por fim uma
764 terceira linha de ação, que é a criação de mecanismo de apoio a novos
765 investimentos na produção de carvão vegetal, baseado no monitoramento de
766 desempenho. Por meio desse projeto, a ideia é repassar alguns incentivos
767 financeiros para indústrias siderúrgicas que comprovarem a redução da emissão

768 de gás de efeito estufa para os responsáveis pelo projeto. A partir dessa
769 comprovação, eles pretendem fazer o pagamento, por meio de incentivos
770 financeiros. Com relação ao Estado e à parte de meio ambiente envolvida no
771 projeto, no IEF nós solicitamos ao Pnud que seja contratada uma consultoria,
772 que vai fazer o levantamento e a consolidação de dados relacionados aos
773 produtores e consumidores de carvão. Porque nós sabemos que essas
774 informações ainda são muito dispersas no Estado de Minas; aquisição de
775 servidores para armazenar e processar todos esses dados que forem
776 levantados, de forma sistematizada; e a construção de um sistema de
777 monitoramento das emissões de gás de efeito estufa. Aí já está sendo uma
778 parceria com a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM).” **Debates**. Após
779 a exposição, foram registrados os seguintes debates. O conselheiro Eduardo
780 Antônio Arantes do Nascimento questionou o que a implantação de corredor
781 ecológico efetivamente significa em termos de proteção. Solicitou ainda
782 esclarecimentos sobre o programa de fomento e considerou que “o programa
783 deveria ser fundamentalmente voltado para os que mais precisam”. Destacou
784 ainda a “obrigação da conexão do programa de fomento com o CAR e o PRA” e
785 questionou qual é a disponibilidade orçamentária e a expectativa de resultados.
786 O conselheiro registrou também sugestão para que haja uma interlocução da
787 Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas/IEF com o Comitê do
788 Rio das Velhas e sua equipe de mobilização social para otimizar os programas
789 de fomento e de corredores ecológicos. “Eu defendo que a maior parte do
790 fomento florestal deve ser voltada para mudas nativas ou frutíferas.” Fernanda
791 Teixeira Silva/IEF esclareceu que o objetivo do corredor ecológico referido é “a
792 conservação de uma espécie, o muriqui do Norte, que está presente nas duas
793 RPPNs que fazem os limites da área do corredor”. “Para nós, o simples
794 reconhecimento da área através de um decreto por si só não é implantação do
795 corredor. A implantação se dá através do mecanismo de gestão, que nesse
796 caso fizemos uma instituição, por meio de portaria, de um comitê gestor da área,
797 que envolve, além do IEF, as instituições parceiras, incluindo o Sindicato dos
798 Produtores Rurais da região. Além dessa parte de gestão da área, tem a parte
799 efetiva de plantio, de incentivo à restauração das áreas, seja por meio dos
800 plantios mais convencionais, de nativas, ou por meio de sistema agroflorestais
801 ou outros que favorecem essa recuperação. Então a implantação desse único
802 corredor que temos reconhecido está acontecendo nesses moldes.” Quanto ao
803 fomento florestal, informou que os recursos estão aquém do necessário.
804 “Solicitamos para este ano um valor de mais ou menos R\$ 9,5 milhões, e foram
805 autorizados R\$ 6,5 milhões, e nós estamos tentando viabilizar a liberação
806 efetiva para fazer aquisição de insumos e materiais para o fomento.” Informou
807 sobre recursos de reposição florestal e que será feito um diálogo maior com a
808 Seplag e a SEF explicando os objetivos dos valores e tentando viabilizar a
809 disponibilização dos recursos para ampliação do programa de fomento,
810 considerando, inclusive, o PRA. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do

811 Nascimento propôs a aprovação de uma moção da Câmara à Seplag e à SEF
812 solicitando a liberação dos recursos contingenciados. O conselheiro Lucas
813 Amaral Melo considerou, a partir dos dados apresentados, a necessidade de
814 fortalecimento do IEF em relação aos valores da última década e citou o
815 exemplo do Bolsa Verde. “Imaginem o produtor que entrou nessa iniciativa,
816 começou a receber ou está até agora sem receber. Isso enfraquece a política
817 inteira de meio ambiente do Estado.” O conselheiro comentou também sobre o
818 programa Siderurgia Sustentável. “Dentro da adoção de inovações tecnológicas,
819 tem os trabalhos relacionados com melhoria do processo de ‘fabricação’ do
820 carvão, mas um gargalo muito grande é na melhoria de material genético. Isso
821 às vezes fica muito aquém, e o material genético é de suma importância para se
822 ter um carvão de qualidade, principalmente relacionado à resistência. O grande
823 gargalo. As siderúrgicas não utilizam o carvão vegetal por causa de resistência
824 do material. Tem quantidade muito maior de carvão mineral nas siderurgias de
825 Minas Gerais, e a justificativa dos engenheiros metalúrgicos responsáveis pelas
826 plantas é relacionada com a resistência. Então temos que voltar a isso, como
827 um dos gargalos, a siderurgia mais sustentável.” O conselheiro Carlos Alberto
828 Santos Oliveira também comentou sobre o programa Siderurgia Sustentável.
829 “Nós acompanhamos isso muito de perto, e eu tenho para mim que o programa
830 chegou fora de hora, na hora que a siderurgia chegou ao momento mais baixo
831 de produção. A ideia é fantástica, mas não sei como vai ser. Nós estamos com o
832 Senar preparado para treinar pessoas, mas está difícil achar as pessoas, porque
833 a atividade caiu. Mesmo assim, é bom que se mantenham vivos dentro da Casa
834 os procedimentos para que possa ser dada continuidade.” Quanto ao Bolsa
835 Verde, afirmou que ficou aliviado por saber que o programa foi contemplado
836 com aporte de recursos. Registrou ainda os seguintes questionamentos. “Eu
837 tenho curiosidade, até mesmo pela demanda do Programa de Regularização
838 Ambiental, sobre a capacidade do IEF de produzir mudas para esses
839 programas. Quantos viveiros tem o IEF, quantos estão em petição de miséria,
840 quantos estão muito ruins, quantos estão produzindo alguma coisa e quantos
841 vão produzir no ano que vem. Não precisa responder agora. Se não tiver essas
842 informações agora, pode apresentar depois. Por fim, quando se falou de
843 proposta de regulamentação do PRA, será uma regulamentação geral ou do
844 setor do corredor ecológico?” Fernanda Teixeira Silva/IEF: “Nós temos
845 atualmente 62 viveiros em atividade, a maioria carecendo de melhorias na
846 estrutura. Em especial, nós temos um déficit muito grande de mão de obra de
847 viveiristas para produção das mudas – esse é um dos principais gargalos –, mas
848 também outras estruturas no viveiro, como sistema de irrigação em
849 determinados viveiros, suspensão de bancadas, em outros. Essa é uma questão
850 que nós temos tentado resolver através da captação de recursos externos. Um
851 deles é via Plantando o Futuro. Temos esses três viveiros que vão ser
852 contemplados com mão de obra e melhoria de estrutura. E temos outros quatro
853 viveiros de produção de mudas, que estão contemplados pelo Promata, já com

854 termos de referência prontos. Vamos estartar o processo de licitação agora
855 recentemente para suspensão de bancadas. Mas um dos principais gargalos é a
856 mão de obra de viveiristas, o que é um problema um pouquinho mais
857 complicado de se resolver, mas que também estamos tentando, via captação de
858 recursos. Sobre a regulamentação do PRA, nós pretendemos fazer uma
859 regulamentação geral para o Estado. Tanto a Diretoria de Conservação e
860 Recuperação quanto a Gerência de Reserva Legal têm trabalhado alinhadas
861 para concluir esses termos de referência para contratar essa equipe de
862 consultoria. Nós estamos fazendo um trabalho casado, e vai ser para o Estado
863 inteiro. E a proposta é que essa consultoria auxilie o IEF nesse trabalho de
864 mobilização, de realização de oficinas com as instituições. Algumas das
865 instituições que têm interesse no assunto estão presentes aqui, e a nossa
866 intenção é que essa consultoria nos auxilie na realização de oficinas junto a
867 essas instituições e também no levantamento de informações, para que
868 possamos fazer essa construção conjunta da regulamentação.” Presidente João
869 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Quanto aos corredores ecológicos, se formos
870 seguir à risca a legislação, trazem problemas fundiários, inclusive. O Snuc
871 manda até afetar aquilo como se fosse unidade de conservação. Seria uma
872 coisa absurda fazermos isso. Então nós estamos querendo unificar a questão de
873 corredor ecológico com o bosque modelo, que tem uma questão de gestão
874 territorial. Já conversamos com a Secretaria de Relações Institucionais para
875 conseguir unificar esses dois conceitos. Se trabalharmos de uma forma
876 individualizada, na hora que o Snuc manda criar um corredor ecológico, o
877 mandamento é ‘afete a área’. E tem pequenos produtores e diversas situações
878 que poderíamos criar com isso. Quando conseguimos conciliar esses dois
879 conceitos, começamos a fazer uma gestão territorial da área, sem o
880 impedimento produtivo, sem tornar unidade de conservação. Nós estamos
881 tentando amadurecer esses conceitos. Com relação ao programa de fomento, a
882 nossa ideia é lincar o PRA. Eu vejo com bons olhos também a questão de
883 produção de eucalipto para o pequeno produtor, porque é fundamental ter essa
884 reserva lá. O IEF já chegou a produzir 25 mil mudas de eucalipto, e isso hoje
885 está bem devagar, e 17 milhões de mudas de nativas. Devido a essa última
886 década, em que o IEF está sendo desmantelado, desmobilizado. Nós estamos
887 lutando para recuperar e tendo algum sucesso. A disponibilidade orçamentária
888 não precisamos nem discutir, que o Estado não tem dinheiro mal para pagar a
889 folha. O esforço maior é para pagar a folha. Mas nós temos conversado com a
890 Secretaria de Planejamento e com a Fazenda, para mostrar a viabilidade da
891 liberação desses recursos, porque, inclusive, traz mais retorno financeiro. Na
892 questão do fomento e melhoria de atividade de carvão, a grande questão que
893 estamos discutindo, inclusive com o setor, é a seguinte. Nós temos que parar de
894 pensar, no setor de base florestal mineiro, exclusivamente na floresta
895 energética. Nós temos que aumentar o nosso conceito e buscar alternativas e
896 consumidores. Quando a floresta energética entrou em crise, vários produtores

897 tiveram problemas, porque estão lá com o eucalipto e não conseguem vender.
898 Então nós temos que buscar alternativa também de mudar esse foco de
899 uniprodução de carvão para energia. Vamos buscar outra forma que não seja só
900 o carvão. E a bioenergia está aí. Eu ainda dou como exemplo o Mato Grosso do
901 Sul. Em dez anos, tinha 60 mil hectares de floresta plantada, e em dez anos tem
902 1 milhão de hectares de floresta plantada. O Mato Grosso do Sul, no ano
903 passado, plantou 300 mil hectares de florestas, e Minas Gerais plantou 4 mil.
904 Então temos que buscar alternativa para incentivar o produtor rural a plantar
905 eucalipto, temos que criar o mercado também. Com relação ao trabalho com o
906 Comitê de Bacia, nós fechamos, recentemente, uma cooperação com a AGB
907 Peixe Vivo. Nós poderíamos já começar a fazer articulação com todos os
908 comitês e colocar o IEF nessa pauta, porque o IEF tem condições de produzir
909 demanda para os comitês, de fornecer assistência técnica aos comitês, e os
910 comitês nos ajudariam. Na região de Patos de Minas, nós já fizemos uma
911 parceria com a Peixe Vivo e estamos começando a trabalhar. É uma agência
912 importante que estava afastada dessa agenda. Vários comitês têm dinheiro,
913 então ajudariam na estruturação do IEF, e nós ajudaríamos nos programas.
914 Então é fundamental articular com todos os comitês. Tem a expertise, e nos
915 preocupamos de chegar ao ponto de perder conhecimento, porque tanto os
916 viveiristas quanto os engenheiros florestais estão aposentando. E os colegas de
917 campo, muitos deles estão só esperando a melhoria. Então vai ser uma perda
918 significativa de conhecimento, da instituição. Nós estamos discutindo com a
919 área de pessoal para criar um treinamento e manter essa memória dentro da
920 instituição. Isso faz parte do que estamos trabalhando no fortalecimento do IEF.
921 Outra coisa que estamos trazendo nesse fortalecimento do IEF é que não se
922 pode trabalhar sozinho. Inclusive, vocês que estão junto ao Estado, como
923 conselheiros, prestando uma função pública, sabem que existe mais uma
924 disputa do que integração entre os órgãos, e isso não tem sido benéfico para o
925 Estado. Não é pegar atribuição institucional do outro, é pegar junto e trazer
926 benefícios para o Estado. É isso que estamos tentando fazer em todas as áreas.
927 E só se viabiliza uma instituição se tiver condições de fazer essas parcerias.
928 Mas existem algumas amarras legais. Estamos ganhando um trabalho de mais
929 de R\$ 500 mil e precisamos buscar uma forma, porque a legislação não permite,
930 porque pode ser concorrente. Até a parceria hoje, no modelo do Estado que nós
931 temos, não é simples. Dentro de todas as situações que foram criadas no
932 modelo de Estado brasileiro hoje, isso nos traz até dificuldade de fazer as
933 parcerias. Mas temos que buscar as alternativas e não podemos fechar as
934 nossas portas para essas parcerias. Temos que viabilizar o uso de recursos de
935 uma forma mais correta e coerente. Quanto ao Siderurgia Sustentável, é preciso
936 envolver o IEF. Porque o IEF, pela legislação, é o dono da política de
937 desenvolvimento florestal e tem todo um arcabouço institucional e legal. Então
938 temos que afinar para o programa funcionar. A situação dos viveiros, a
939 Fernanda já apresentou. São 62 viveiros, e existia uma proposta de fechar

940 vários, e eu determinei que 'não'. Com relação à grande dificuldade que
941 estamos tendo, eu conversei com o setor prisional para que possamos fazer um
942 convênio, um termo de cooperação, em que eles poderiam nos ceder a mão de
943 obra, dentro daquela capacitação nossa. Existe resistência em alguns setores
944 do IEF, mas temos que trabalhar isso, porque é uma forma que vamos ter. Hoje
945 o IEF precisaria de no mínimo mais uns 1.500 terceirizados. Estamos
946 conseguindo já recompor alguma mão de obra. Toda essa busca de
947 reestruturação da instituição nós estamos fazendo. Confiamos demais na equipe
948 do IEF, nos técnicos do IEF, o pessoal trabalha com uma dedicação fenomenal,
949 tem realmente o espírito de corpo. Ainda existe muita insatisfação e
950 insegurança, mas nós já estamos resgatando isso entre os servidores. Eu já fui
951 a nove ou dez Regionais, a 15 ou 20 unidades de conservação nesse período
952 em que estou aqui. Já conversamos com o pessoal, fizemos reunião com o
953 pessoal de campo. Essa troca de experiências e esse alinhamento nós temos
954 feito bastante. Agora, não enxergamos qualquer atendimento do PRA se não
955 houver uma recuperação dessa estrutura do IEF. Isso vai ser mais um
956 complicador para o Estado. E compra de muda de terceirizado, nós sabemos
957 que nem sempre é vantajoso. Em alguns casos, são mudas que não irão
958 atender. E quando se está em um programa vai produzir mudas específicas, e
959 com certeza a qualidade daquela muda seria muito melhor. Nós temos que
960 também pensar no público que temos que atender. Não se pode comparar a
961 atividade do pequeno produtor com a atividade de um megaempreendimento, do
962 grande produtor, de uma grande empresa florestal. São recursos diferentes,
963 tempos diferentes e visões diferentes. O que também não nos impede de
964 trabalhar com a grande empresa. A grande empresa no PRA, as empresas
965 florestais, as empresas agrícolas vão ter uma demanda muito grande. Você
966 acha que o viveiro florestal de uma grande empresa vai parar para produzir
967 nativa? Não, ela tem que buscar uma alternativa no mercado ou com a
968 instituição pública. Então nós já temos conversado com o setor e buscado. A
969 resposta não é aquela que gostaríamos de imediato, porque temos outras que
970 precisamos estruturar, mas nós temos conseguido galgar melhoras.” **Moção**
971 **aprovada pela CAP**. A Câmara aprovou por unanimidade moção à SEMAD,
972 Seplag e SEF nos seguintes termos: “Os conselheiros da Câmara Técnica
973 Especializada de Atividades Agrossilvopastoril (CAP), do Conselho Estadual de
974 Política Ambiental (COPAM), em sua 3ª reunião ordinária, realizada no dia 30 de
975 março de 17, no município de Belo Horizonte, aprova moção no seguinte teor:
976 ‘Nós, conselheiros da Câmara Técnica Especializada de Atividades
977 Agrossilvopastoril (CAP), vimos solicitar a vossas excelências a liberação de
978 recursos orçamentários e financeiros previstos para o ano de 2017, destinados
979 ao Programa de Fomento Florestal, considerando a sua grande importância
980 para a sustentabilidade das atividades agrossilvopastoris’.” **Abstenção de voto.**
981 **Conselheiro Diego Pessoa Santos**: “Eu só gostaria de registrar a minha
982 abstenção. Uma vez que o destinatário da moção é o órgão que eu represento,

983 eu acho justo que eu me abstenha, mas defendo o pleno direito da Câmara de
984 fazer essa requisição.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Com relação ao
985 fomento, eu acho que tem jeito de se fazer parcerias, muitas, não vejo
986 dificuldades. Eu sugiro chamar a sociedade civil, principalmente as entidades
987 ambientalistas, para conversar sobre isso. Porque tem muita coisa acontecendo
988 por aí, e eu acho que pode ter uma contribuição. Inclusive eu, pessoalmente, se
989 não acontecer uma reunião dessas, estou disposto a ficar um dia no IEF
990 mostrando experiência que nós temos. Afinal de conta, nós estamos nisso há
991 uns 40 anos. Eu vejo com certa preocupação a questão do fomento porque eu
992 acho que plantar muda sem proteger é complicado. E não podemos perder de
993 vista a questão de proteção de nascentes e veredas. O Estado, se não tiver
994 recurso para fornecer os materiais, eu tenho uma sugestão. Por exemplo, se
995 fornecer muda de eucalipto para um grande produtor, vai fazer o seguinte: ‘Nós
996 vamos te dar essas mudas, mas queremos eucalipto tratado, arame...’ E fazer
997 parcerias para proteger, porque sem proteção de nascentes e veredas em áreas
998 assim não adianta plantar. Eu vejo também uma questão e não sei o que o
999 Estado pode fazer. No IEF de Unaí, tem uma montanha de madeira apreendida
1000 perdendo, apodrecendo há anos. Tem que ter uma intervenção junto ao Estado
1001 para pegar esse material para fazer o trabalho. Lá nós estamos fazendo 15 km
1002 de cerca por ano, em parceria com mineradora. Se tivesse essa parceria do IEF,
1003 em vez de 15 nós iríamos fazer 30, com o recurso que dão para nós. Então tem
1004 que procurar essas alternativas, e eu acho que a sociedade civil pode ajudar
1005 muito. Outra questão é sobre proteção e cercamento. Com R\$ 6,5 milhões, se
1006 forem liberados do contingenciamento, nós temos condições de construir quase
1007 450 km se cerca de arame liso e proteger mais de 7.000 hectares de áreas. Não
1008 sei quantos hectares serão recuperados, e não é fácil recuperar. De 1 milhão de
1009 mudas, se aproveitar 10% é muito. Eu acho que também podem ser feitas
1010 parcerias para mão de obra. Quando eu fui secretário em Paracatu, os garis da
1011 prefeitura, fora do horário de serviço, iam para os viveiros encher saquinhos.
1012 Então tem maneiras de as Regionais fazerem parcerias com as prefeituras, com
1013 sindicatos de produtores rurais, com as cooperativas na região, tanto para mão
1014 de obra como para fornecimento de insumos e um monte de coisas. Falta
1015 alguém para centralizar isso e fazer um trabalho em parceria. E o IEF, no meu
1016 entendimento, é o canal para isso. Com relação à AGB Peixe Vivo, eu acho que
1017 teria que ter uma relação direta com o Comitê do São Francisco, porque temos
1018 dez subcomitês do São Francisco em Minas Gerais e esses é que têm o poder
1019 de definir o que vai fazer com essa grana. A Peixe Vivo é só a gestora. Outra
1020 coisa: eu não sei se está casada com o fornecimento de mudas a exigência de o
1021 cidadão que pegar as mudas proteger a área. Se não tiver, nós vamos ter
1022 problema.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Nós vemos o IEF
1023 hoje como um grande fornecedor de serviços ambientais, um dos melhores do
1024 país para mudar um pouco a agenda ambiental do comando e controle para
1025 serviços ambientais. E a agência que eu vejo que tem essa expertise e essa

1026 possibilidade de trazer uma agenda extremamente positiva para o Estado é o
1027 IEF.” **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
1028 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a todos e declarou
1029 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1030
1031 **APROVAÇÃO DA ATA**
1032

1033
1034 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**
1035 **Presidente da Câmara Técnica Especializada**
1036 **de Atividades Agrossilvipastoris**